

Memórias de Entre Homem e Cávado: origens de uma família

Eduardo R. de Arantes e Oliveira

1

Introdução: a terra de Entre Homem e Cávado

Sobre a Terra de Entre Homem e Cávado escreveu Santana Dionísio¹: *"A chamada Terra de Entre Homem e Cávado, pela sua natureza montanhosa, bem defendida, a poente e a sul, pelos dois rios e, do lado este e norte, pelos pináculos e desfiladeiros do Gerês, parece ter sido um dos refúgios mais seguros dos Cristãos logo após a invasão mourisca (séc VIII). Há quem pressuponha, e com alguma verosimilhança, que essa colossal cunha hidro-orográfica constitui uma espécie de obscuro reduto avançado da Reconquista neo-gótica ou asturiana. Como no Cantábrico e na Galiza, os Cristãos teriam vivido aí, nos séc. IX e X, num isolamento ascético e feroz, com os olhos sempre postos nos luzeiros que lhes serviam de aviso".*

No século XV, a Terra de Entre Homem e Cávado, que hoje se apresenta cindida nos concelhos de Amares e Terras de Bouro, entrou na posse dos

Machados porque D. Afonso V quis com ela galardoar os serviços que Pedro Machado – filho de Vasco Machado, a quem D. Nuno Álvares Pereira fizera Alcaide-mor de Chaves –, lhe prestara como seu partidário durante a crise de Alfarrobeira. Assim, por mercê de 29 de Abril de 1450, o Rei doou-lhe, entre outros bens, a Terra de Entre Homem e Cávado (*“com todas as rendas, foros, montados e marinhas, direitos e pertenças e coisas que a coroa ali tinha, com a jurisdição cível e de crime enquanto sua mercê fosse”*²), mas pôs-lhe uma condição: a de ele, Pedro Machado, pagar a D. Maria de Azevedo, mulher que fora de Álvaro de Meira, Senhor de Jales, as 500 coroas de oiro que D. João I prometera a esse casal quando do seu casamento, e *“a cujo pagamento ficara empenhada aquela Terra”*³.

Tendo Pedro Machado satisfeito essa condição, os Machados tornaram-se Senhores donatários da Terra de Entre Homem e Cávado. Pedro Machado, que morreria em 1463 escalando as muralhas de Tânger, recebeu ainda, por via do seu casamento com D. Inês de Goes, Senhora da Lousã, o senhorio desta última Vila.

Francisco Machado, seu filho e sucessor, de quem adiante falaremos, foi, desde 1463 até ao ano de 1518, em que faleceu, o 2.º Senhor de Entre Homem e Cávado.

2

Nantes ou Anantes ou Danantes (que hoje é Arantes)

A presente comunicação trata em especial das origens de uma Família – a Família dos **Nantes** – que, desde o século XV, se nos apresenta fixada na Terra de Entre Homem e Cávado.

A *“Coleção de Memórias Genealógicas”* do Padre Marcelino Pereira⁴, genealogista do século XVIII, da Ordem do Oratório, é o único nobiliário que conhecemos que inclui um título, *“Nantes ou Anantes ou Danantes (que hoje é Arantes)”*, dedicado a essa Família.

Uma irmã de Marcelino Pereira⁵ casou com Diogo de Araújo Rodrigues Machado⁶, Senhor da Casa da Câmara em Moure, que, como todos os dessa Casa, tinha sangue, não só dos Machados, como dos Nantes. Este casamento pode ter-lhe dado acesso a fontes que outros desconheciam.

Por vezes, um envolvimento demasiadamente íntimo com uma determinada família é contraproducente no que se refere ao conhecimento das respectivas raízes. De facto, muitas famílias cultivam mitos sobre as suas origens que não correspondem de todo à realidade. O Padre Marcelino Pereira aparece-nos porém como um investigador extremamente honesto. O seu trabalho apresenta-se como uma colectânea de documentos, transcritos tanto de registos paroquiais como notariais, e está enriquecido por anotações à margem que fornecem informações suplementares que outras fontes confirmam. Constitui pois um documento de alta credibilidade.

No título que coincide com o do presente capítulo, Marcelino Pereira começa por referir Nantes, pequeno lugar no termo de Chaves: *“Nantes he um lugar situado na freguesia de São Salvador no termo da Vila de Chaves. A dita freguesia he vicararia de apresentação da casa de Bragança. Nella se contém a Vilar de Nantes com 80 vizinhos e outro lugar também Nantes com 86”*.

Indicando que um certo João de Nantes – que se sabe ser tetravô do cunhado –, e sua mulher Genebra, que noutros textos aparece com o nome de Genebra de Sampaio, entraram como partes numa escritura, feita em 1509, relativa ao aprazamento, ao Cabido de Braga, do Casal de Remonte, sito na freguesia de Arentim⁷, do termo de Braga, lembra, citando a escritura de dote de Dona Joana Machado da Silva, herdeira que fora dos Senhores de Entre Homem e Cávado, que a Quinta de Nantes se tornara senhorio dos Machados, e afirma: *“parece que esta Quinta Danantes he o Solar desta familia”*, isto é, da Família dos Nantes.

Admitia-se pois, no tempo de Marcelino Pereira, que a Quinta de Nantes era o Solar dos Nantes, e, portanto, que tinha pertencido a estes antes de passar aos Machados. Implicava tal afirmação que, em épocas anteriores a tal passagem, já existissem na região pessoas com o apelido Nantes.

Vale a pena lembrar o que escreveu Leite de Vasconcelos no seu artigo sobre *Vilar de Nantes* da "Grande Enciclopédia Luso-Brasileira": *"Ao pé de Chaves existem dois lugarejos chamados Nantes e Vilar de Nantes, notável este último por aí haver olarias populares de louça preta. Apesar da homofonia que se nota entre Nantes e o nome da cidade de França bem conhecida, nada há de comum aos dois: Nantes de França representa o nome de um povo gaulês de quem fala César; Nantes de Chaves representa, quanto a mim, um patronímico, que nos nossos documentos medievais tem a forma Nántiz (séc. X) e que provavelmente é de origem germânica. Deve entender-se que este patronímico, que significa "filho de Nanto", veio a tornar-se apelido, e que houve um indivíduo assim apelidado cujo apelido passou a ser o nome de uma propriedade que ele possuía naquele local"*.

As "Inquirições de D. Afonso III"⁸ referem a paróquia de S. Salvador de Vilar de Nantes e, a propósito desta, as testemunhas *Martinus Fernandi de Nantes*, *Petrus Fernandi de Nantes*, *Martinus Johannis de Nantes*, e *Rodericus Johannis de Nantes*, o que parece apontar para uma família de que todos estes seriam membros, sendo os dois primeiros irmãos um do outro, bem como os dois últimos, com um avô paterno comum.

Seria o apelido "**de Nantes**", usado pelos Nantes de Entre Homem e Cávado, derivado de alguém que deu nome à terra, isto é, um toponímico derivado de um patronímico, como sugeriu Leite de Vasconcelos? Seria esse alguém o geriarca dos Nantes? Ou referiria o nome simplesmente um local de origem, sem que os "Nantes" do século XV tivessem quaisquer laços de sangue com os do século XIII?

Como não se dispõe de resposta para estas questões, só a afirmação de Marcelino Pereira nos permite avançar que a Quinta de Nantes era olhada como o solar, isto é, o local de origem, dos Nantes de Entre Homem e Cávado.

3

A Quinta de Romai

Marcelino Pereira faz seguidamente referência ao “*Livro do pão que se pagava ao Cabido de Braga*”⁹, para provar que os Nantes foram senhores da prestigiosa Quinta de Romai, na freguesia de S. Martinho de Carrazedo, Concelho de Entre Homem e Cávado. Uma das anotações que acompanham o texto invoca as “*Notas do Marquês de Montebello ao Nobiliário do Conde D. Pedro*” para lembrar que essa quinta (a de Romai) foi fundada pelo Conde D. Romão, filho e neto de reis das Astúrias, que, vivendo no século oitavo, foi o geriarca da grande Família galega dos Romai.

Temos conhecimento de um outro documento¹⁰ existente no Arquivo da Casa de Vasconcelos de Vila do Conde: uma carta de venda datada de 9/III/1508, relativa à aquisição por João de Nantes e sua mulher Genebra de Sampaio, de uma herdade, no lugar de Romai onde moravam (explícito no texto), sendo testemunhas presentes Diogo de Nantes, escudeiro do “Senhor Francisco Machado”¹¹, e outros. Nas costas da última folha deste documento há várias anotações posteriores no tempo, as mais importantes das quais são as seguintes: “*Este João de Nantes comprou a quinta de Romai a P.º Nugr.ª De Barcellos e sua mulher Isabel Carv.º no a.º de 1495 e a pessuhia q.do se fez o tombo de Carrezedo no a. de 1503*”, e ainda: “*No anno de 1508, João de Nantes e sua m.er Genebra de Sampayo viviaõ na Q. de Romai elle Irmão de Diogo de Nantes escudr. do Sr. Fran.co Machado*”.

O Diogo de Nantes que testemunhou a escritura era pois irmão de João de Nantes, e cunhado de Genebra de Sampaio. Dos Livros das Chancelarias de D. Manuel e D. João III, constam cartas de nomeação deste Diogo de Nantes como tabelião de Entre Homem e Cávado. Da primeira destas se deprende que veio a ser escudeiro da Casa Real.

Na geração que se seguiu à sua, aparece-nos na administração local da Terra de Entre Homem e Cávado um filho, ou sobrinho, do mesmo nome, ao qual chamaremos Diogo de Nantes II.

4 Nantes, Machados e Sás

Existia, sem dúvida, uma estreita relação, pelo menos de amizade, entre os Nantes e os Machados, que foram Alcaldes-mores de Chaves por mercê de D. Nuno Álvares Pereira, e também Senhores da Quinta de Nantes.

Na sua “*Vida de D. Nuno Álvares*”, datada de 1723, Frei Domingos Teixeira escreveu a propósito dessa mercê: “*Entre muitos que ofereceram com partes para a conservar, e defender, [D. Nuno] pôs os olhos em Vasco Machado (que seria o pai de Pedro Machado), fidalgo de antiga nobreza que muitas vezes se tinha mostrado benemérito de cargos maiores, e naquela guerra havia servido com reputação e brios herdados no sangue de ilustres progenitores, no posto de pajem de armas do exército...*”.

Francisco Machado, filho de Pedro Machado, foi, não só herdeiro dos senhorios de seu pai, como, por troca que fez da Vila da Lousã com D. Jorge, Duque de Coimbra, recebeu a comenda de Sousel, na Ordem de Avis. Por isso, é na Igreja Matriz de Sousel que, debaixo de uma magnífica pedra sepulcral, se encontra sepultado. Na pedra, que ostenta as armas dos Machados, pode ler-se a inscrição: “*Aqui jaz Francisco Machado fidalgo da Casa Delrei nosso sr e sr q foi da Vila da Louza e do Concelho Dantre Ome e Cavado moreo nesta sua comenda de Sousel aos XXBII d Agosto na era de 1518*”.

Disse-se já que João de Nantes e Genebra de Sampaio entraram como partes numa escritura, feita a 26/III/1509, relativa ao aprazamento ao Cabido de Braga do Campo ou Casal de Remonte, sito na freguesia de Arentim. Pode ler-se nos já mencionados “*Prazos de Casais do Cabido*” que: “*o qual Campo parte por esta maneira: começa em o Alpendre que he herdade de Francisco Machado e que vai partindo em tudo do mesmo Francisco Machado athe o Cham da Volta e comoro e curral de gado do mesmo Francisco Machado*”. Por outras palavras, João de Nantes e Francisco Machado não podiam ser mais vizinhos.

Francisco Machado, que foi o pai de Dona Briolanja de Azevedo, mulher do poeta Sá de Miranda, terá sido pois particular amigo, e protector, de João de Nantes.

O já mencionado filho de João de Nantes, Diogo de Nantes II, escudeiro, que, segundo revelam os livros das chancelarias reais, teve as funções de tabelião do concelho de Entre Homem e Cávado, escreveu e assinou como tabelião, na Casa de Crasto, a 3/V/1530, a escritura da venda de uma propriedade cujos compradores foram Francisco de Sá de Miranda e sua mulher, Dona Briolanja de Azevedo, genro e filha de Francisco Machado. Mais tarde, a 5/V/1552, foi Gaspar de Nantes (também referido como tabelião nos livros das chancelarias reais), filho de Diogo, quem, também na Casa de Crasto, desempenhou as funções de tabelião por ocasião de outra escritura, esta de doação, de Bernardino Machado, filho de Francisco Machado, a seu sobrinho o segundo Francisco Machado, neto do primeiro.

O estreito relacionamento que deve ter existido entre os Nantes e os Sás é sugerido pela leitura da obra "*O Poeta do Neiva*", de José de Sousa Machado, que refere, não só estas escrituras, mas também, a páginas 178, um pedido de intervenção e de auxílio que, no seu testamento, redigido em 1593, faz Francisco de Sá de Meneses, neto do poeta, ao Reverendo Gaspar Quintero, filho de Diogo de Nantes II e Abade de S. Martinho de Carrazedo, e ao Reverendo Doutor Isidoro de Sá, Abade do Fiscal.

Mas não param aqui as relações entre Machados e Nantes. De facto, em 1595, o dito Gaspar Quintero foi uma das três testemunhas na celebração da já mencionada escritura de dote de Dona Joana Machado da Silva (na qual, como Marcelino Pereira considerou importante assinalar, todos as testemunhas são tratados por *senhores*), isto é, da filha do segundo Francisco Machado, neto do primeiro. As duas restantes testemunhas, os *senhores* Martim Coelho da Silva¹² e Francisco de Goes Peixoto¹³, eram parentes próximos dos Machados.

Disse-se já que uma bisneta de João de Nantes (filha de João de Nantes Quintero), Maria Fernandes de Macedo, casou com Gonçalo Pires Machado, 1.º Senhor da Casa de Câmara em Moure, que, segundo se crê¹⁴, era filho bastardo do mesmo Francisco Machado.

Também os Arantes da Lousã¹⁵, de quem descendem os Arantes Pedroso, e que, de acordo com os livros paroquiais desta freguesia (em que aparecem como Arantes, e não como Anantes), já no século XVI estavam estabelecidos

nesta vila, parecem representar um elo de ligação entre Nantes e Machados, já que, como atrás dissemos, o primeiro Francisco Machado, foi Senhor da Lousã. Os Machados eram pois o elemento de ligação entre a Quinta de Nantes, os Nantes de Entre Homem e Cávado, e os Arantes da Lousã.

5 Os Quinteiros

Nos séculos XVI e XVII, o apelido Nantes aparece algumas vezes associado com o apelido Quinteiro.

Felgueiras Gayo dá notícia de um Sebastião Quinteiro Baldaya, fidalgo das Casas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, filho de Diogo Álvares Baldaya, da Cidade do Porto, fidalgo da Casa de D. Afonso V, e de Brites Pires Quinteiro, filha esta de um Rodrigo Anes Quinteiro que deve ter nascido com a 2.^a Dinastia e que é o Quinteiro mais antigo de que temos notícia.

Sabe-se que os Quinteiros tiveram armas¹⁶. O mesmo não pode dizer-se dos Nantes, de cujo brasão, se de facto existiu, não se achou qualquer notícia.

Procurámos afincadamente o significado do termo “quinteiro”. Chamava-se evidentemente quinteiro a quem estava encarregado de uma quinta, mas no Dicionário da História de Portugal, encontrou-se uma definição bastante mais interessante inspirada na obra de Henrique da Gama Barros, “*História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*”. É a seguinte: “*Funcionário régio incumbido de fiscalizar a exploração das minas de ouro, uma vez que esta actividade se encontrava a cargo de particulares. E a sua designação resultou, por certo, de ser ele quem tirava do produto da exploração o quinto que pertencia à coroa. O cargo existiu, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso III (1248-79), tendo este monarca determinado que os “adiceiros”, ou “ourivezes da Adiça” (então os de maior relevo e que, por isso, gozavam de importantes privilégios) apenas respondessem perante o seu quinteiro. Por*

seu turno, D. Dinis (1279-1325), por diploma de 29/III/1316, estabeleceu que os quinteiros dos ourivezeiros da Junqueira e de Pessegueiro fossem também o seu juiz privativo, do mesmo passo que lhe competia fiscalizar – na companhia do escrivão – as diferentes operações a que o ouro era sujeito e acompanhar a Lisboa a remessa do valioso metal”.

Também na “*Monarchia Lusitana*”¹⁷ se encontra, na Parte Quinta (composta por Frei Francisco Brandão), Livro XVI, Cap. XXXI (“*Da vinda del Rey D. Dinis a Coimbra, com outras memórias deste anno*”), abundante informação sobre as minas de ferro e ouro. E é curiosa a indicação, constante dessa mesma obra, de que “*do ouro da Adiça se fez o cetro, & coroa que os Reys de Portugal costumavam trazer nos actos públicos*”.

Tudo isto revela a importante actividade mineira que se verificou durante a 1.ª Dinastia, actividade esta que foi desaparecendo à medida que as minas exploradas pelos portugueses passaram a ser, não já as da Metrópole, mas as muito mais ricas minas do Ultramar.

6

De Nantes a Arantes

Por razões não totalmente esclarecidas, o apelido Nantes foi-se transformando em Arantes. De facto, em diplomas contidos em Livros das Chancelarias Reais, a forma “*de Nantes*” ou “*Danantes*”, utilizada até ao reinado de D. João IV, converteu-se, em meados do século XVII, em “*d’Arantes*”.

É de assinalar, por exemplo, que a 12/VIII/1646 foi registado, na freguesia de S. Paio de Sequeiros, o casamento de António Gonçalves Ferreira com Maria d’Arantes, do lugar do Tojal dessa freguesia. Sabendo-se que em 1756 o lugar do Tojal da freguesia de S. Paio de Sequeiros não tinha mais que 5 vizinhos (ver “*Memórias Paroquiais*” no ANTT), e não havendo razão para ser muito maior a dimensão do mesmo lugar na primeira metade do século XVII, seria

absolutamente inverosímil que a Maria *d'Arantes*, do Tojal, que casou em 1646, não fosse a filha – chamada Maria – de Manuel Lopes e de Maria *d'Anantes* do mesmo lugar, baptizada na freguesia a 6/II/1625.

O nome não mudou simultaneamente em todas as freguesias. Por exemplo, na freguesia de S. Paio de Besteiros, o pároco ainda registou o baptismo, ocorrido em 14/II/1720, de uma Úrsula, “filha de João *danantes* e Maria Antunes”, tendo por madrinha outra Úrsula, sobrinha de um “José *danantes*”. Cerca de dez anos mais tarde, a 5/VI/1730, um novo pároco registou o baptismo de um irmão de Úrsula, Francisco, dando-o como filho de “João *d'Arantes* e Maria Antunes” (certamente o mesmo casal), sendo padrinhos um “Francisco *d'Arantes* da freguesia de Caires e Teresa Francisca, mulher de “José *d'Arantes*”, muito provavelmente o mencionado no assento anterior. Quanto aos assentos quinhentistas da mesma freguesia relativos aos assentos de pessoas com o apelido *Danantes*, ou seja “*de Nantes*”, é interessante observar que têm à margem, escrito com letra do século XVIII, o nome das mesmas pessoas com o apelido *Arantes*.

É de observar que os filólogos que tivemos o cuidado de consultar são unânimes em negar que Nantes se tenha transformado em Arantes por razões de ordem meramente filológica.

7

João de Arantes, Condestável dos Espingardeiros do Reino

Curiosamente, o apelido *Arantes* aparece já em documentos bem mais antigos.

Do “*Livro de Extras*”, contido na “*Leitura Nova*”, consta nomeadamente um documento datado de 2/II/1488¹⁸ pelo qual um João *de Arantes*, escudeiro da Casa Real, é nomeado por D. João II “*Condestável dos Espingardeiros do Reino e todos os seus Senhorios*”. A mesma carta de nomeação menciona que João de Arantes já antes tinha prestado assinalados serviços a D. Afonso V.

O título de “Condestável dos Espingardeiros do Reino” fora antes usado por um Guilherme de Leu, ou d’Aleu, cavaleiro da Casa Real, nomeado por D. Afonso V a 9/III/1460. Mas ninguém mais o usou depois de João de Arantes, já que os que lhe sucederam em idênticas funções, o primeiro dos quais se chamou Payo de Freitas, foram chamados Anadéis-mores, e não Condestáveis, dos Espingardeiros do Reino.

A nomeação de João de Nantes, que se conclui ter sido escudeiro da Casa Real e militar da mais elevada jerarquia, deve ser vista no contexto de um conjunto de medidas que o Príncipe Perfeito tomou nessa época para reforçar os meios de defesa do Reino. Diz, a esse propósito, Rui de Pina (“Crónica de D. João II”, Capítulo XXX): *“No começo do anno de mil quatrocentos e oitenta e oyto, comquanto ElRey estava em pacífica paz e amizade com Castella, e sem alguma causa nem sospeição de rompimento; porem como Rey bõm, e muy prudente que nos tempos da paz ama as cousas da guerra, e nos da guerra procura sempre os meos da paz, mandou proveer e fortalecer, e reparar, todallas Cidades, Villas, e Castellos dos extremos de seus Reynos, assy no reparo, e defenssam dos muros, e torres, como em munições, e bastecimentos d’artelharia, polvora, salitre, comas, almazees, pera ao que mandou fazer em todallas fortalezas, novos apousentamentos, e casas deputadas pera isso. E pera que estas cousas per negligencia, e pouco provimento dos Alcaldes se no perdessem, ordenou logo novos Officiaes moores, pessoas discretas e d’autoridade”.*

As armas chamadas “espingardas” eram muito diferentes das que modernamente recebem esse nome. Tratava-se de bocas de fogo bastante compridas cuja coronha se apoiava no solo. Apesar de a sua relativa leveza permitir que fossem transportadas por um ou dois homens, eram verdadeiras peças de artilharia ligeira, e não meras armas individuais. Os espingardeiros receberam organização análoga à dos besteiros, sendo o cargo de Condestável dos Espingardeiros comparável aos de Anadéis-mores dos Besteiros.

Os espingardeiros constituíam tropas de elite cujo número D. Manuel fixou em milhar e meio. Por isso, no “Regimento dos ordenados e mantimentos da gente de peleja e soldo na cidade de Tânger”, datado de 1472, lê-se que o soldo dos bombardeiros e espingardeiros ascendia a 300 reais por mês, sendo 3,

5 e 6 vezes superior, respectivamente, aos dos homens de armas, besteiros e homens de pé. A nomeação do respectivo condestável deve pois ter sido cuidadosamente ponderada.

Quem seria João de Arantes?

Antes de abordar esta questão, observemos que, fosse qual fosse a sua origem, João de Arantes foi em Lisboa uma personalidade marcante. Prova-o, nomeadamente, uma carta de confirmação¹⁹, datada de 11/III/1502, que consta também da *"Leitura Nova"* (Estremadura), da escritura de aforamento ao Doutor João do Rego, lente de prima na Universidade, de uma casa na Rua de S. Jorge, já que dela constam confrontações com *"as casas de dona Isabel de souza que foram de Joham darantes"*. Observe-se que não há dúvida que o apelido aparece escrito nessa carta como *Arantes*, e não *Anantes*.

A 13/XI/1521, em nova escritura de aforamento, que consta igualmente da *"Leitura Nova"*, as mesmas casas são mencionadas, não como tendo sido de Dona Isabel de Sousa, mas sim, novamente, de João de Arantes. Citando a carta que o Prof. Eduardo Gonçalves Rodrigues nos escreveu, *"a constante referência a João de Arantes ao longo de cerca de 20 anos após a sua saída da casa permite concluir que foram marcantes na vizinhança, ou a sua personalidade, ou eventuais obras na casa por ele promovidas"*.

8

Sobre a origem de João de Arantes

Duas hipóteses parecem dever ser consideradas: a primeira é que fosse estrangeiro, a segunda que fosse um dos Nantes de Entre Homem e Cávado.

Começemos pela primeira hipótese, que nos parece menos provável.

É natural que os mencionados serviços prestados por João de Arantes a D. Afonso V o tenham sido, pelo menos, durante a guerra que opôs o nosso Rei

aos Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel, guerra esta que culminou, como é sabido, na Batalha de Toro (1/III/1476), ou, mais precisamente, nas duas Batalhas: a de Toro propriamente dita, perdida por D. Afonso V, e a de Castro Queimado, ganha simultaneamente, e em lugar vizinho, pelo Príncipe D. João, mais tarde D. João II. A esta se refere Felgueiras Gayo²⁰ quando afirma que Francisco Machado “foi o primeiro na Batalha do Crasto onde se achou com 40 homens à sua custa”. Francisco Machado, que nela foi feito prisioneiro, poderia aí ter conhecido João de Arantes e com ele partilhado o cativoiro.

Parte dos castelhanos, muitos dos quais eram originários da Galiza, e chefiados pelo grande feudal D. Pedro Alvarez de Sotomaior, o legendário *Pedro Madruga* das crónicas galegas, tomaram partido por D. Afonso V. João de Arantes poderia ter sido galego, e um dos que, depois de Toro, preferiram ficar em Portugal. Sendo assim, é possível que tivesse tomado como apelido o nome do seu lugar de origem.

Ora, tanto na toponímia do Minho como na da Galiza, há vários lugares susceptíveis de terem dado origem ao apelido.

No Minho, aparece, por exemplo, *Arentim* (onde, em 1509, João de Nantes aprou, como já se disse, o Casal de Remonte), e o *Vale de Arante*, junto a Guimarães. José Pedro Machado, no seu “*Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa*” associa com este último o apelido, sugerindo para esse topónimo uma origem basca: “*aranz*” que significa “*vale*”, palavra que deve ter dado o nome à vila e município de *Arantz*, na província de Navarra. A raridade do apelido em Portugal leva efectivamente a pensar numa origem estrangeira.

Na Galiza, tem-se *Arante* no Município de Ribadeo (Lugo), *Arantón* no Município de Santa Comba (Corunha), e *Arantei*, uma freguesia do município de Salvaterra do Minho, na margem direita do Minho, quase em frente a Monção. Nesta última se localizava o *Couto de Arantei* que genealogistas portugueses, como Felgueiras Gayo²¹, denominaram *Couto de Arantes*, já que a terminação em *s* do genitivo germânico tende em Portugal a substituir a terminação em *i* (ou *y*, como se usa em castelhano) do genitivo latino.

Este último local seria mais provável, até porque D. Pedro Alvarez de Sotomaior era Senhor de Salvaterra do Minho, senhorio a que o Couto de Arantes foi agregado.

Enviou-nos o "Arquivo Histórico Diocesano de Tui" cópia de um documento²², datado de 1447 (*Papeles del Hospital*), que refere pessoas com o apelido *Darantei*, (ou "de Arantei"), e menciona um Lourenço Rodrigues *Darantei*.

No entanto, não foi por acaso que frisámos estarem todos os documentos conhecidos relativos a João de Arantes incluídos na "*Leitura Nova*". De facto, como bem sublinha o "*Dicionário da História de Portugal*", o grande defeito que pode apontar-se aos livros da "*Leitura Nova*" reside na deficiência de muitas transcrições, que a ignorância dos copistas deixou eivadas de erros. O apelido *Arantes* pode pois ter resultado de uma corruptela escrita de *Anantes*.

É de observar que o "*Dicionário da História de Portugal*", no seu artigo sobre a "*Leitura Nova*", informa que "*Extras*" significa "estrangeiros", o que, induzindo-nos em erro, começou por nos fazer aderir à hipótese de João de Arantes ser de origem estrangeira, provavelmente da Galiza, não pertencendo pois à Família dos Nantes.

Concluimos mais tarde que quem escreveu que "*Extras*" significa estrangeiros não deve ter consultado o índice do "*Livro de Extras*". Para não perdermos tempo a descrever esse índice, limitar-nos-emos a observar que a carta de nomeação de João de Arantes está incluída num capítulo do Livro intitulado "*Título das cartas dos officios mores do Reyno e da justiça e casa del Rey, do almirante e doutros...*". O Condestável dos Espingardeiros do Reino João de Arantes pode pois ter sido português, como a quase totalidade dos que constam desse índice, e *Arantes* uma corruptela escrita de *Anantes*, da qual resultaria a evolução verificada no decorrer dos séculos seguintes.

Os primeiros textos da "*Leitura Nova*" foram copiados a partir de 1504, e essa corruptela pode ter tido efeitos quase imediatos. Apareceram, nomeadamente, como vamos ver, pessoas que usaram o apelido Arantes logo na segunda década do século XVI.

9

Arantes que passaram a Castela

O Volume II do Corpo Documental da obra “*História Geral de Cabo Verde*”, em vias de ser elaborada pelo IICT, baseia-se num códice do “*Núcleo Antigo*” do ANTT. Refere-se este códice, escrito em cursivo do século XVI – cuja presença no ANTT se explica pelo facto de D. João III ter mandado recolher ao Arquivo Real a documentação das contas dos diferentes almoxarifados –, a registos de contas relativas às receitas “*dos quartos e vintenas*” da Ilha de Santiago abrangendo os anos de 1513 a 1516.

A partir da página 232, o Volume em questão apresenta o “*Título das Entradas e Saídas dos Navios de Castela e dos Estrangeiros*”. A páginas 238, 242, 257, 259, 264 e 277, é mencionado viajando em navios castelhanos um mercador chamado *Francisco d’Arantes* (*sic*). A 29 de Outubro de 1514, este mercador chegou ao porto de Santiago, no navio “*Madanella Cansina*”, tendo deixado Santiago no mesmo navio a 15 do mês de Dezembro do mesmo ano. Voltou outras vezes, nomeadamente a 5 de Julho de 1515 no navio de que era mestre Martim Delgado e piloto Francisco de La Feria, tendo partido no mesmo navio a 7 de Agosto seguinte. Dessa vez, estava acompanhado de um *Cristovam d’Arantes* e de um *Estevam Quinteiro*, além de outros cujos nomes nada nos dizem.

Porém, os nomes Arantes e Quinteiro dizem-nos muito. Em primeiro lugar, em datas tão antigas como 1513-1516, o apelido aparece escrito, na versão original de um documento, sob a forma *d’Arantes*, e não *de Nantes* ou *d’Anantes*. Por outro lado, um *Quinteiro* aparece junto com estes Arantes, o que torna altamente provável um relacionamento com os Nantes de Entre Homem e Cávado. É de considerar a hipótese de se tratarem de filhos de João de Arantes que foram para Castela, e que, a partir de portos castelhanos, se dedicaram, como mercadores, a um rendoso comércio, com os domínios portugueses em África. Procuraremos, seguidamente, enquadrá-los na cronologia dos Nantes.

10

Cronologia dos Nantes

A cronologia que se segue foi estabelecida a partir de factos conhecidos, nomeadamente a partir das Chancelarias dos sucessivos Reis (incluindo a "*Leitura Nova*"), dos livros paroquiais mais antigos, e das datas das matrículas de ordinandos que nos foram dadas a conhecer no ADB. Como é sabido, estas últimas datas permitem estimar limites superiores e inferiores das dos nascimentos²³. Pudemos estabelecer assim, não propriamente uma genealogia, mas a seguinte cronologia cujas gerações se assinalam pelo ano que nos parece ser mais ou menos o do nascimento.

Geração I

(cerca de 1440: geração das conquistas em Marrocos, e de Toro)

João de Arantes:

Foi escudeiro e morador da Casa Real.

14xx: Terá casado com uma Quintero (seria filha de R.º Anes Quintero, de Ponte de Lima, o primeiro Quintero de que se tem conhecimento, o qual, em 1455, era almoraxarife do Infante D. Henrique?).

1463: Tentativa de conquista de Tânger, em que morreu Pedro Machado; Francisco Machado torna-se 2.º Senhor de Entre Homem e Cávado.

1470/1471: Nascem a João de Arantes os filhos João e Diogo.

1471: Conquista de Arzila e conseqüente abandono de Tânger aos portugueses.

1476: Entra na Batalha de Castro com Francisco Machado?

1488: É nomeado por D. João II Condestável dos Espingardeiros do Reino. São invocados os muitos serviços prestados a D. Afonso V e a D. João II.

149x: Sai de Lisboa para se fixar nas suas terras de E.H.&C., onde conta com a amizade de Francisco Machado. Deixa na capital duradoura recordação.

149x: Pode ter sido ele quem comprou a Quinta de Romai.

Geração II

(cerca de 1470: geração do regresso à terra e à administração local)

João de Nantes:

1495: Compra (ele ou o pai?), ainda solteiro, a Quinta de Romai.

1496?: Casa com Genebra de Sampaio.

1497/1498?: Nascem-lhes os filhos Francisco e António.

1508: João e Genebra compram uma herdade junto à Qta. de Romai.

1509: João e Genebra entram como partes no aprazamento ao Cabido do Casal de Remonte (Arentim), junto a propriedades de Francisco Machado.

1507/1514: Nascem os filhos Fernando e Manuel.

1505/1510: O filho João (e Diogo?) recebe ordens menores.

1511: Os filhos Francisco e António recebem ordens menores, juntamente com Bernardim, que foi caval.º de Malta, o secundogénito de Fr.co Machado.

1514/1522: Morre Genebra de Sampaio.

1518: Morre Francisco Machado, em Souzel.

1522: Fernando e Manuel recebem ordens menores, juntamente com Simão, filho do então já defunto Francisco Machado.

Diogo de Nantes I:

1508: Testemunha a celebração da escritura de compra, por seu irmão João e sua cunhada Genebra, de uma herdade junto da Quinta de Romai. Era então escudeiro de Francisco Machado.

15xx-: Torna-se escudeiro do Rei e morador da Casa Real.

1511: É nomeado pela 1.ª vez tabelião de Entre Homem e Cávado.

1516: É nomeado pela 2.ª vez tabelião de Entre Homem e Cávado.

1522: É nomeado pela 3.ª vez tabelião de Entre Homem e Cávado.

Francisco d'Arantes, Cristóvão d'Arantes e Estêvão Quintero:

Mercadores em Castela.

Geração III
(cerca de 1500)

João de Nantes Quinteiro
(*assim lhe chama Felgueiras Gayo em título de Machados*):

15xx: Sucedeu a João de Nantes na Quinta de Romai.

15xx: Casa com Francisca de Macedo.

1534: A data mais antiga para o nascimento do seu filho Fernão (Ribeiro de Macedo).

1549: Fernão recebe ordens menores.

15xx (antes de 1560): Sucede a seu pai na Quinta de Romai.

Morre antes de 1560 (ver referência no *Livro do Pão* do Cabido de Braga).

Diogo de Nantes II:

15xx: Casa com Hilária, ou Eulália, Pires. Nasce Gaspar de Nantes em 1530.

1542: É tabelião de E.H.&C.

1544: É proprietário do ofício de escrivão dos órfãos de E.H.&C. e do Couto de Rendufe; é-lhe facultado nessa data escolher um ajudante de idade não inferior a 14 anos, o qual se crê ter sido o filho Gaspar.

1550: É-lhe permitido, por seu falecimento, fazer mercê do dito ofício à pessoa que casasse com uma das filhas (50 anos).

1551: É tratado por escudeiro num processo que manteve contra o Cabido.

1554: Renuncia a seu pedido ao ofício de escrivão dos órfãos de E.H.&C., mas é-lhe permitido manter o de escrivão do Couto de Rendufe.

Aires Quinteiro:

15xx: Torna-se criado de D. Filipe Lobo, 4.º filho do 2.º Barão de Alvito.

1531: Vai numa expedição "ao socorro de Tânger" e é armado cavaleiro.

1532: Uma carta real de 17 de Dezembro confirma-lhe o respectivo foro.

1534: É nomeado tabelião do público e judicial do Concelho de E.H.&C.

1535: Recebe o ofício de escrivão das sisas deste Concelho e do Couto de Bouro.

1538: É nomeado tabelião do público e judicial do Concelho de Regalados.

Geração IV
(cerca de 1530)

IV1 – *filhos de João de Nantes Quinteiro, e de Fr.ca de Macedo, da Quinta da Samaça:*

Fernão Ribeiro de Macedo:

1534: A data mais antiga possível para o seu nascimento.

1549: Toma ordens menores em Braga.

15xx: Casa com Catarina da Costa.

15xx: Nasce a filha Maria Fernandes de Macedo, que casou com Gonçalo Pires Machado, Senhor da Quinta da Câmara, em Moure, "bastardo, segundo dizem, de Francisco Machado, 4.º Senhor de E. H. &C."²⁴.

Filipa de Macedo:

1560: Já era então órfã de seu pai, casada com Jorge de Mello Pereira, e Senhora da Quinta de Romai.

IV2 – *filhos de Diogo de Nantes II, e de Hilária, ou Eulália, Pires:*

Gaspar de Nantes:

1544: Torna-se ajudante do pai (Diogo) como escrivão dos órfãos (14 anos).

1547: É nomeado pela 1.ª vez tabelião de E.H.&C.

Era tabelião de E. H.&C. em 1547, 1552 e 1578.

1554: Nomeado formalmente escrivão dos órfãos de E.H.&C..

1562: Casou uma 1.ª vez com Briolanja Frz., e uma 2.ª vez com Justa Leitão.

1602: O Rei força-o a renunciar (por ser muito velho) ao ofício "*que servia há mais de 50 anos*".

1615: Morre sem geração.

Gaspar Quinteiro:

- 1555: Recebe prima tonsura.
- 1562: Recebe ordens de Evangelho.
- 1574: Recebe ordens de missa.
- 1578: Torna-se Abade de Carrazedo.
- 1593: Sá de Miranda roga a intervenção e auxílio dos Abades de Carrazedo (Gaspar Quinteiro) e de Fiscal (Isidoro de Sá) para garantir o cumprimento do seu testamento.
- 1595: Testemunha, juntamente com Martim Coelho da Silva e Francisco de Goes Peixoto (estes dois últimos parentes próximos dos Senhores de Entre Homem e Cávado; as três testemunhas têm tratamento de "Senhor"), na escritura de dote da filha de Francisco Machado II. Sabe-se pelos Livros Paroquiais de Carrazedo, que era ainda vivo em 1615, mas não se achou nos referido Livros o assento do seu óbito. Deixou três filhos naturais que tomaram o apelido Quinteiro.

Simão de Nantes:

Tem-se conhecimento deste por ter feito testamento em 25/III/1594 a favor de seu irmão Gaspar de Nantes (o que parece indicar que não teve descendência), e por, em 11/XI/1593, ter sido nomeado procurador do Dr. Sebastião de Alfaro, "seu familiar" (portanto, familiar dos Nantes) e secretário do Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, para efeitos do emprazamento da casa n.º 12 da Rua de S.to António, em Braga; o "*Mapa das Ruas de Braga*", existente na Biblioteca Distrital, revela que Sebastião de Alfaro morava na Rua de Santo António, em muito próxima vizinhança dos Quinteiros, de Braga; foi casado com uma D. Maria, que não se sabe identificar, e pai de Valério de Alfaro. Segundo diz Diogo Barbosa Machado, na sua "Biblioteca Lusitana", Sebastião de Alfaro fez, após frequentar a Universidade de Coimbra, estudos de *Jurisprudência Cesárea* em Lovaina onde recebeu o grau de doutor na faculdade respectiva, exercitou depois o lugar de Auditor Geral da gente militar em Flandres, no tempo de D. João de Áustria (1577), e traduziu do italiano para português os *Diálogos*, de Nicolau Franco.

11

Conclusões

Chegamos pois ao fim de uma dissertação que teve por objectivo investigar as origens da Família Arantes.

O que aqui apresentámos foi essencialmente uma metodologia aplicável a outros casos. A apresentação foi feita aplicando-a a um caso – o da Família Nantes, ou Arantes –, caso esse a que, por sermos nós próprios membros dessa Família, temos dedicado especial atenção, e sobre o qual nos temos mantido atentamente informados.

O que procurámos fazer foi reunir todos os dados de que tínhamos conhecimento e construir uma teoria que, ao longo de todo o texto, fomos procurando demolir, mas que resistiu em muitos aspectos às nossas tentativas de demolição.

Começando pelos Nantes mais antigos, considerámos irrefutável o que consta das *"Inquirições de D. Afonso III"* sobre um conjunto de pessoas ditas *"de Nantes"*. Essas pessoas existiram e aparecem, no seu conjunto, estruturadas como uma família. Não deixámos de alertar, porém, para as precauções necessárias para não tomar como apelido o que pode não ser mais que um lugar de origem comum.

A afirmação de Marcelino Pereira de que a Quinta de Nantes *"parece ser o Solar dos Nantes"* não passa de uma hipótese, que, a verificar-se, aumentaria grandemente a probabilidade de os Nantes das *"Inquirições de D. Afonso III"* serem ascendentes dos que no século XV nos aparecem fixados em Entre Homem e Cávado. Se não podemos garantir que tal hipótese se verifica, também não nos sentimos autorizados a rejeitá-la, até porque esses Nantes devem ter vindo de algum lugar, e Nantes de Chaves é um lugar altamente provável, dada a ligação da Quinta de Nantes com os Machados. Outras famílias existem cujas origens nos parecem bem mais duvidosas, mas que nunca foram seriamente discutidas, só porque constam de nobiliários cuja letra não é costume pôr em causa.

Quanto a João de Arantes, Condestável dos Espingardeiros do Reino, a dúvida básica sobre a sua origem não foi escamoteada. Seria português ou estrangeiro? Sendo português, estaria relacionado com os Nantes de Entre

Homem e Cávado? A gradual transformação do apelido Nantes em Arantes, bem como a aparição em Castela, nos primórdios do século XVI, de Arantes juntos com um Quinteiro, aponta para um tal relacionamento. Um dos aspectos fundamentais do nosso estudo é assim o papel que damos à aliança com os Quinteiros, que supomos ter ocorrido na geração de João de Arantes (ou mesmo em geração anterior), pelo que todos os descendentes deste eram de facto "Arantes Quinteiro".

Por volta de 1500, a situação social dos Nantes parece ter mudado. Até essa data, seria uma simples família de "*homens bons*" (como tal foram chamados a testemunhar nas "*Inquirições de D. Afonso III*"), vivendo à lei da nobreza, mas sem o prestígio social que, na Idade Média, se associava geralmente à carreira das armas. Mas, a partir daí, os Nantes, sobretudo os da Casa de Romai, aliaram-se a algumas das mais prestigiosas famílias do Minho. Ora, esse brilho pode ser devido à carreira militar de João de Arantes. Parece-nos importante observar, no entanto, que o apelido Nantes, ou Arantes, se perdeu por via dessas alianças, ficando reservado para ramos menos abastados de que são originários, nomeadamente, os Arantes da Estremadura, a que nós próprios pertencemos, e os Arantes do Brasil.

Não ousámos apresentar uma genealogia, mas uma simples cronologia. A que apresentámos abarca 4 gerações e sintetiza os dados que nos foi possível coligir. Constitui ela própria uma teoria que considerámos aceitável por não infringir, nem a lógica, especialmente a lógica implacável do tempo, nem os factos conhecidos.

Esta cronologia incluiu dois desdobramentos de gerações que até agora não têm sido considerados. O primeiro desses desdobramentos consistiu em considerar o "*condestável dos espingardeiros do Reino*" João de Arantes como sendo da geração anterior a João de Nantes e Genebra de Sampaio, não confundindo pois, como tem sido feito até aqui, os dois Joões um com o outro. O segundo²⁵ consistiu em desdobrar o único Diogo de Nantes a que se tem julgado referirem-se os Livros das Chancelarias Reais em dois do mesmo nome: Diogo de Nantes I e Diogo de Nantes II, possivelmente tio e sobrinho (ou pai e filho?).

Como todas as teorias, a presente teoria é apresentada como uma proposta, e como um desafio a uma refutação sempre possível através de factos novos, que no futuro se tornem conhecidos. Mas enquanto tais factos não se revelarem, nada há que nos permita considerá-la falsa.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – A.N.T.T. e do Arquivo Distrital de Braga – ADB, instituições onde encontramos grande parte dos documentos utilizados na elaboração do presente trabalho, bem como da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Investigação Científica Tropical (através do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga), do Arquivo Histórico Diocesano de Tui, e de outros Arquivos da Galiza, que tivemos o cuidado de consultar por escrito. Destacamos ainda o apoio recebido do nosso falecido amigo, Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo, quando era Director do A.N.T.T., e da falecida Dr.ª Dona Maria da Assunção Jácome de Vasconcellos, ex-Directora do A.D.B., que pretendemos homenagear, bem como da Dr.ª Ana Isabel Canas e da Dr.ª Teresa Saraiva, que, como investigadoras do A.N.T.T., nos prestaram preciosa ajuda na leitura de documentos antigos, sobretudo dos das Chancelarias Reais referidos no texto do presente artigo. Lembramos com gratidão o falecido Brigadeiro José Guilherme Calvão Borges, a quem ficámos devendo importantes informações sobre a região de Nantes, e o Dr. Eugénio da Cunha Freitas, também já falecido, e exprimimos o nosso reconhecimento ao Dr. Jerónimo Duarte de Salazar e Chaves, ao Dr. Maurício Antonino Fernandes, ao Doutor Manuel Artur Norton, ao Prof. Doutor Eduardo Gonçalves Rodrigues, ao Embaixador Alfonso de la Serna, que nos esclareceu sobre fontes históricas do país vizinho, ao Dr. Manuel Machado Sá Marques, a quem devemos também informações sobre a Galiza, ao Dr. João Paulo de Castro e Mello Trovisqueira, a Francisco Freire de Andrade que nos apoiou nas buscas inicialmente efectuadas no A.D.B., e ao Dr. João Carlos de Andrade Vilaverde e Silva Gachineiro que tem estudado exhaustivamente a descendência de João de Arantes.

Notas

¹ Santana Dionísio, "Guia de Portugal", 4.º Vol. (Minho), página 895, da ed. da Fund. Cal. Gulbenkian.

² C. R. de 29/IV/1450, trasladada a páginas 344 da obra "O Poeta do Neiva" de José de Sousa Machado.

³ Ver em "O Poeta do Neiva" (pag. 281) de José de Souza Machado, Livraria Cruz, ed., Braga, 1929.

⁴ "Colecção de Memórias Genealógicas", pelo Padre Marcelino Pereira (2.º Vol.), manuscrito n.º 876 do Arquivo Distrital de Braga (ADB).

⁵ Ver em Felgueiras Gayo, "Nobiliário de Famílias de Portugal", título de Barbosas, §86, N26.

⁶ Ver em Felgueiras Gayo, "Nobiliário de Famílias de Portugal", título de Machados, §168, N21.

⁷ O original desta escritura pode ver-se no ADB, no Livro 6 dos "Prazos de Casais do Cabido (1509/1510)", a folhas 44v.º/46v.º.

⁸ Vol. I, Parte II, Fascículo VIII, dos "*Portugalliae Monumenta Historica*".

⁹ Ver no Arquivo Distrital de Braga.

¹⁰ Transcrito e anotado em 1997 pelo Dr. João Paulo de Castro e Mello Trovisqueira. Conseguimos cópia deste documento, antes mesmo de conhecermos o Dr. João Trovisqueira, através do Dr. José Arantes Rodrigues.

¹¹ Seria mais tarde escudeiro da Casa Real.

¹² Ver em Felgueiras Gayo, §12, N21, do título de Coelho.

¹³ Ver em Felgueiras Gayo, §42, N22, do título de Machados.

¹⁴ Ver em Felgueiras Gayo, §168, N21, do título de Machados.

¹⁵ Dos quais descendia o Conselheiro Arantes Pedroso, ilustre professor da Escola de Medicina de Lisboa.

¹⁶ De facto, o Doutor Manuel Artur Norton, na nota de rodapé n.º 1690 do Vol. II do seu livro "A Heráldica em Portugal", cita a obra "Cartas de Brasão", de António Machado de Faria, na qual são mencionadas, embora não descritas, as armas dos Quinteiros.

¹⁷ Reeditada pela *Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, Lisboa, 1976.

¹⁸ Apresentada na Adenda I.

¹⁹ IANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, L. 9, f. 225-228. Deu-no-la a conhecer o Prof. Eduardo Gonçalves Rodrigues.

²⁰ Felgueiras de Gayo, "Nobiliário de Famílias de Portugal", §42, N19, do título de Machados.

²¹ Ver, por exemplo, em título de Correias, §83, N11, a referência a "*Pedro Correia Soares, senhor da Quinta de Troporiz* (que fica do lado sul do Rio) e do Couto de Arantes em Galiza".

²² "*Papeles del Hospital*", n.º 19, Arquivo Diocesano de Tui.

²³ De facto, as *Constituições do Arcebispado de Braga* determinavam que os ordinandos tivessem entre 7 e 15 anos de idade (ver, por exemplo, a nota de rodapé da página 112 da obra "*O poeta do Neiva*" de José de Souza Machado, Braga, Livraria Cruz ed., 1928).

²⁴ Ver em Felgueiras Gayo, "*Nobiliário de Famílias de Portugal*", título de Machados, §168, N21.

²⁵ Este 2.º desdobramento foi-nos sugerido pelo Dr. João Paulo de Castro e Mello Trovisqueira.